

**CÂMARA MUNICIPAL  
DE IRACEMÁPOLIS**

**CONCURSO PÚBLICO  
N.º 001/2012**

Emprego Público:

**ADVOGADO**

Data da Prova:

22 de abril de 2.012

**C  
A  
D  
E  
R  
N  
O  
D  
E  
P  
R  
O  
V  
A  
S**

**INSTRUÇÕES**

- 1) Você terá 03 (três) horas no máximo, e 01 (uma) hora no mínimo para realizar esta prova, inclusive a marcação no "Cartão de Respostas". Faça-a com tranquilidade, mas controle seu tempo.
- 2) Todas as questões possuem 04 (quatro) alternativas (A, B, C e D) e apenas uma alternativa está correta.
- 3) Verifique se a numeração das questões no "Caderno de Provas" está correta.
- 4) Verifique no "Cartão de Respostas" se seu nome, RG, data de nascimento e emprego para o qual concorre estão corretos.
- 5) Se você precisar de algum esclarecimento, solicite a presença do fiscal de sala.
- 6) As questões deverão ser respondidas no "Cartão de Respostas", (preenchendo totalmente o campo correspondente à opção escolhida). Se você assinalar mais de uma opção ou cometer qualquer rasura, a questão será considerada errada.
- 7) No "Cartão de Respostas", você deverá preencher a tinta: uma opção de resposta para cada questão e assinar.
- 8) O "Caderno de Provas" poderá ser rasurado a vontade (com exceção do "Cartão de Respostas").
- 9) Você poderá anotar suas respostas para posterior conferência, no "Gabarito Auxiliar" que lhe será fornecido.
- 10) Não será permitido a consulta de nenhuma espécie de legislação, livros, revista ou folheto, bem como o uso de máquina ou relógio com calculadora, agenda eletrônica ou similar, aparelhos sonoros, telefone celular ou qualquer outro tipo de equipamento receptor e emissor de mensagens, assim como uso de boné, gorro, chapéu e óculos de sol, como também não será admitida comunicação entre os candidatos.
- 11) Terminada a prova, você deverá entregar o "Caderno de Provas" e o "Cartão de Respostas" completos ao examinador/fiscal.
- 12) A prova é individual e sem consulta.

Boa sorte !!!

MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUGUESA
<p><b>01.</b> Em certo momento, o número P de pessoas que se encontravam em uma fila para atendimento era tal que se do seu quadrado subtraíssemos o seu triplo, obteríamos 648. É verdade que:</p> <p>A) <math>P + 1 = 28</math>;            B) <math>P + 9 = 32</math>;            C) <math>P - 8 = 35</math>;            D) <math>2P = 64</math>.</p> <p><b>02.</b> Se <math>\operatorname{tg}(x) = 0,75</math>, <math>0^\circ &lt; x &lt; 90^\circ</math>, então <math>\operatorname{sec}(x)</math> é igual a:</p> <p>A) 0,25;            B) 0,45;            C) 0,75;            D) 1,25.</p> <p><b>03.</b> Alguns operários devem terminar certo serviço em 40 dias, trabalhando 9 horas por dia. O encarregado, após 25 dias, verifica que 0,6 da obra estava pronta. Para entregar o serviço na data fixada, quantas horas por dia devem os operários trabalhar nos dias restantes?</p> <p>A) 8 horas por dia;            B) 10 horas por dia;            C) 12 horas por dia;            D) 15 horas por dia.</p> <p><b>04.</b> Na bula de um certo medicamento está escrito que a dose máxima diária é de 4g. Este medicamento é vendido em comprimidos de 500 mg ou de 750 mg. Caso uma pessoa decida tomar somente comprimidos de 750 mg, o número máximo de comprimidos que pode tomar em cada dia é:</p> <p>A) 3;            B) 4;            C) 5;            D) 6.</p> <p><b>05.</b> Entre as pessoas vacinadas em um posto de saúde num determinado dia, 40% eram do sexo masculino. Nesse dia foram vacinadas 360 pessoas do sexo feminino. O número total de pessoas vacinadas nesse dia foi:</p> <p>A) 400;            B) 600;            C) 700;            D) 900.</p>	<p><b>06.</b> "Ouvira Major Alberto dizer..." A forma <b>ouvira</b> pode ser substituída pela equivalente:</p> <p>A) teria ouvido;            B) ouvisse;            C) terá ouvido;            D) tinha ouvido.</p> <p><b>07.</b> Assinale a alternativa em que o acento indicativo da crase foi empregado <b>CORRETAMENTE</b>:</p> <p>A) Eis a moça à qual me referi;            B) Não costumava ir à todas as festas;            C) Não me submeto à uma ordem desse tipo;            D) O ricoço gastava dinheiro à rodo.</p> <p><b>08.</b> "Assustada e _____ furiosa e, no entanto, com _____ violência, dizia ofensas _____ para escandalizar a todos."</p> <p>Preenche <b>CORRETAMENTE</b> as lacunas?</p> <p>A) Meia – menas – bastante;            B) Meio – menos – bastantes;            C) Meia – menos – bastante;            D) Meio – menas – bastantes.</p> <p><b>09.</b> Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa <b>CORRETA</b>:</p> <p>I. Naquela tarde, Zeca não apareceu na escola.            II. Zeca, naquela tarde, não apareceu na escola.            III. Zeca, não apareceu, na escola naquela tarde.</p> <p>A) Em I, II e III a utilização das vírgulas está correta;            B) Somente em I e III a utilização das vírgulas está correta;            C) Somente em I e II a utilização das vírgulas está correta;            D) Em I, II e III a utilização das vírgulas está incorreta.</p> <p><b>10.</b> Marque a opção que corresponde ao enunciado das afirmativas a seguir:</p> <p>I- Poucos viram o acidente naquela tarde de domingo.            II- Pessoas desempregadas batem panelas vazias durante a manifestação.            III- O lucro obtido pela venda dos remédios foi reduzido pela produção de genéricos.</p> <p>A) As ações das frases I e II são vozes ativas;            B) As ações das frases II e III são vozes passivas;            C) As ações das frases I e III são vozes reflexivas;            D) As ações das frases I, II e III são vozes passivas.</p>

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**11.** As autoridades brasileiras que combatem a disseminação das drogas, que destroem milhares de vidas todos os anos, têm uma nova fonte de preocupação, o “**oxi**”.

Assinale a alternativa **CORRETA** a respeito do assunto.

A) O oxi é uma nova droga sintética que, produzida a partir do bicarbonato de sódio e do amoníaco, embora altamente viciante, prejudica bem menos a saúde do que o crack;

B) As pedras de oxi são feitas de pasta base de cocaína, acrescida de cal virgem, querosene ou gasolina, e são mais baratas, viciantes e prejudiciais à saúde do que o crack;

C) As pedras de oxi são a grande novidade da região da Cracolândia em São Paulo e em outros centros consumidores. Parecidas com o crack e com o mesmo poder destruidor, não têm o mesmo apelo do preço, uma vez que têm custo muito mais elevado;

D) O oxi não é tão ameaçador quanto o crack, pois é muito mais caro do que o seu antecessor e exige quantidades bem maiores para fazer o mesmo efeito. Consumida pela classe alta, dificilmente vai chegar às ruas e se tornar acessível aos clientes com menor poder aquisitivo.

**12.** O IDH foi criado para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). Seus valores variam de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total).

Sobre o IDH, é **INCORRETO** afirmar:

A) Países com IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano baixo;

B) O Índice de Desenvolvimento Humano também é utilizado para aferir o nível de desenvolvimento humano em municípios;

C) Para avaliar o desenvolvimento humano no que diz respeito à longevidade o IDH estadual e municipal usam a esperança de vida em relação aos aspectos econômicos, à taxa de mortalidade e nível educacional;

D) O IDH leva em conta três dimensões básicas da existência humana: uma vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e um padrão de vida digno.

**13.** A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Relativamente a essa organização do Estado brasileiro, assinale a opção **INCORRETA**.

A) Brasília é a capital federal;

B) O Poder Executivo federal é exercido pelo presidente da República, auxiliado pelos ministros de Estado;

C) Senado Federal e Câmara dos Deputados, que formam o Congresso Nacional, respondem pelo Poder Legislativo;

D) São diretas apenas as eleições para presidente da República e governadores estaduais.

**14.** As reservas de petróleo encontradas na camada pré-sal do litoral brasileiro estão dentro da área marítima considerada zona econômica exclusiva do Brasil. Sobre o pré-sal:

I. As maiores descobertas de petróleo, no Brasil, foram feitas recentemente pela Petrobras na camada pré-sal localizada entre os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, onde se encontrou grandes volumes de óleo leve.

II. A descoberta do Pré-Sal não chega a ser um marco histórico na indústria petrolífera.

III. Com pouca experiência adquirida no desenvolvimento de campos em águas profundas da Bacia de Campos em Santos-SP, os técnicos da Petrobras ainda não estão preparados para desenvolver as acumulações descobertas no pré-sal.

IV. A Petrobrás, principal responsável pela exploração ao longo dos próximos anos, ficará dependente e na última posição de ranking das grandes companhias operadoras de petróleo.

Estão **INCORRETAS**:

A) As afirmativas I, II, III e IV;

B) Apenas as afirmativas I e III;

C) Apenas as afirmativas I e IV;

D) Apenas as afirmativas I, II e III.

**15.** O Brasil é um dos maiores exportadores de produtos agrícolas e alimentícios. Mas por razões climáticas, entre outros motivos, a produção brasileira de alguns alimentos não é suficiente e precisamos importá-los de outros países. Assinale a alternativa que indica um desses produtos:

A) Soja;

B) Trigo;

C) Carne suína;

D) Carne de frango.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

<p><b>16.</b> Não pode propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade:</p> <p>A) Prefeito Municipal; B) Presidente da República; C) Governador de Estado; D) Procurador Geral da República.</p> <p><b>17.</b> A criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Municípios:</p> <p>A) far-se-ão por lei federal, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei; B) far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei; C) far-se-ão por lei municipal e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei; D) far-se-ão por lei federal, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, a toda população nacional, após ampla divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.</p> <p><b>18.</b> A fiscalização do Município é exercida:</p> <p>A) somente pelo Poder Executivo Municipal sendo a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais, vedada pela Constituição Federal; B) pelo Tribunal de Contas do Município, quando houver; C) somente pelo Poder legislativo municipal, sendo a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais vedada para esse fim; D) pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal sendo a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais, vedada para esse fim.</p>	<p><b>19.</b> O conceito da Constituição Federal Brasileira de 1988 quanto à origem, mutabilidade, forma, conteúdo, sistemática e ideologia é, respectivamente:</p> <p>A) Promulgada, rígida, escrita, formal, reduzida e eclética; B) Promulgada, rígida, escrita, formal, variada e eclética; C) Promulgada, rígida, dogmática, material, reduzida e eclética; D) Promulgada, rígida, costumeira, formal, reduzida e eclética.</p> <p><b>20.</b> O Estado pode intervir em seu Município:</p> <p>A) Para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública; B) Quando deixar de ser paga, ainda que alegado motivo de força maior, por quatro anos consecutivos, a dívida fundada; C) quando o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução da lei, de ordem ou de decisão judicial; D) Quando não forem prestadas as contas devidas na forma da Lei.</p> <p><b>21.</b> Quanto ao processo legislativo, assinale a opção <b>CORRETA</b>:</p> <p>A) é competência privativa do Presidente da República a iniciativa de proposição de projeto de lei que disponha a cerca do parcelamento de débitos tributários; B) O presidente da República, em caso de relevância e urgência, pode editar medida provisória sobre matéria relativa a processo penal; C) a Emenda Constitucional tem que ser submetida à sanção do Presidente da República; D) a rejeição da medida provisória pelo Poder Legislativo não produz a automática ineficácia das relações jurídicas constituídas sob sua égide.</p>
--	--

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**22.** É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir ou majorar tributos sem que a lei o estabeleça, ressalvado:

A) O Poder Executivo que pode nas condições e nos limites estabelecidos em lei alterar as alíquotas ou as bases de cálculo sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários;

B) O Poder Executivo que pode nas condições e nos limites estabelecidos em lei alterar as alíquotas ou as bases de cálculo quanto à majoração de imposto de importação ou de exportação;

C) O Poder Executivo que pode nas condições e nos limites estabelecidos em lei alterar as alíquotas ou as bases de cálculo quanto à majoração de imposto de importação ou de exportação e sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários;

D) O Poder Executivo que pode nas condições e nos limites estabelecidos em lei alterar as alíquotas ou as bases de cálculo quanto à majoração de imposto de qualquer natureza.

**23.** Quanto aos princípios constitucionais, é **CORRETO** afirmar que:

I) De acordo com o princípio da seletividade, na medida em que a essencialidade do produto aumenta, também deve aumentar a carga tributária incidente sobre sua venda.

II) De acordo com o princípio da capacidade contributiva o legislador ordinário, ao instituir impostos, deve dar preferência, sempre que possível, à instituição de impostos pessoais, que deverão ser graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte.

III) O princípio do não confisco rege todas as espécies tributárias.

IV) O princípio da irretroatividade veda a aplicação, em qualquer caso, da lei nova mais favorável ao contribuinte em matéria de sanções de tributárias.

Estão **CORRETAS**:

A) I e II;

B) II e III;

C) III e IV;

D) IV e I.

**24.** Sobre a extinção do ato administrativo é **CORRETO** afirmar:

A) o ato administrativo praticado por agente incompetente deve ser revogado por ilegalidade;

B) um ato administrativo perfeito e eficaz pode tanto ser anulado ou revogado pela Administração Pública, conforme o caso;

C) a anulação do ato administrativo opera efeito *ex nunc*;

D) os atos administrativos vinculados e discricionários são passíveis de revogação pelo Poder Judiciário.

**25.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

A) impostos e taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição e contribuição de melhoria, decorrentes de obras públicas;

B) imposto, taxa, contribuição de melhoria, empréstimo compulsório e contribuições parafiscais ou especiais;

C) taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição e contribuição de melhoria, decorrentes de obras públicas;

D) impostos, sendo que terão, sempre que possível, caráter pessoal, e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte e taxa desde que não tenham base de cálculo própria de impostos.

**26.** É causa de extinção e modalidades de exclusão do crédito tributário, respectivamente:

A) a anistia e a transação / conversão de depósito em renda;

B) a isenção e moratória / compensação;

C) a remissão e isenção / anistia;

D) a moratória e a decadência / prescrição.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**27. Assinale a alternativa INCORRETA:**

Quanto às limitações ao poder de tributar, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- A) instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;
- B) instituir impostos sobre templos de qualquer culto;
- C) instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;
- D) instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, dos Conselhos profissionais, das instituições de educação pública e de assistência social.

**28. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana:**

- A) tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município;
- B) A base do cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel considerado o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade;
- C) não é imune ao IPTU o imóvel pertencente à entidade que goza de imunidade tributária;
- D) incide apenas sobre propriedade territorial urbana, portanto é sujeito passivo do tributo apenas aquela que constar do registro de imóveis como proprietário do mesmo, uma vez que a propriedade de bens imóveis somente se transmite após o registro da escritura da compra e venda do imóvel.

**29. Quanto aos atos administrativos é INCORRETO dizer que:**

- A) a concessão de aposentadoria compulsória é ato administrativo vinculado;
- B) o ato administrativo é nulo quando os motivos indicados como seu fundamento são falsos ou inexistentes;
- C) um dos atributos do ato administrativo é a presunção de legitimidade e veracidade;
- D) todos os atos administrativos têm por atributo a autoexecutoriedade.

**30. Quanto aos contratos administrativos é INCORRETO dizer que:**

- A) Os contratos administrativos de que trata a lei 8.666/93 regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado;
- B) O regime jurídico dos contratos administrativos instituído pela Lei 8.666/93 veda à Administração a alteração unilateral quando houver modificação do projeto ou das especificações, para adequação técnica aos objetivos do Poder Público;
- C) É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado;
- D) É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido na própria lei que regulamenta as licitações, feitas em regime de adiantamento.

**31. Quanto a improbidade administrativa, assinale a alternativa CORRETA:**

- A) O Ministério Público somente atua na ação de improbidade como órgão agente;
- B) A ação civil de improbidade administrativa, como reparação do dano patrimonial, admite acordo, transação ou conciliação;
- C) Só os agentes públicos respondem por improbidade administrativa;
- D) O Ministério Público também se acha legitimado para promover inquérito civil no intuito de ajuizar a demanda principal.

**32. Sobre o controle da administração pública é CORRETO afirmar que:**

- A) os Tribunais de Contas, independente de provocação, investem-se de legitimidade para suspender procedimento licitatório se verificada ilegalidade;
- B) o controle interno é obrigatório para o poder executivo e facultativo para os demais poderes;
- C) as contas do prefeito relativas a recursos de convênio com a União são julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado em que se localiza o Município;
- D) o Tribunal de Contas tem competência para julgar as contas anuais prestadas pelo Chefe do Executivo.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**33. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- A) a revogação do ato administrativo caracteriza-se como um ato administrativo discricionário, pelo qual a Administração extingue o primeiro, por razões de oportunidade e conveniência;
- B) a revogação suprime um ato ou seus efeitos, mas respeita aqueles que já transcorreram. Portanto, o ato revogador, em regra, tem eficácia ex nunc;
- C) o Poder Judiciário, no processo de anulação de ato administrativo, se limitará ao controle da conveniência e oportunidade da sua prática pela Administração;
- D) o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

**34. A lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ou Lei Complementar de n<sup>o</sup> 101, é o principal instrumento regulador das contas públicas no Brasil, estabelecendo metas, limites e condições para gestão das receitas e despesas. Quais os entes envolvidos na LRF?**

- A) Executivo, Legislativo e Judiciário, somente no nível Federal e Tribunal de Contas e Ministério Público nos níveis Federal, Estadual e Municipal;
- B) Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público, nos níveis Federal, Estadual e Municipal;
- C) Executivo, Legislativo e Judiciário de cada Estado e Município;
- D) Executivo e Legislativo, nos níveis Federal, Estadual e Municipal, Tribunal de Contas dos Municípios.

**35. Em caso de não cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, qual a abrangência das punições cabíveis?**

- A) Todas as penalidades alcançam os poderes da União, Estados e Municípios, por sanções institucionais recaindo sobre o ente público;
- B) As penalidades abrangem: suspensão de transferência voluntária, suspensão das contratações de operações de crédito e suspensão de garantias e avais;
- C) As penalidades alcançam os três poderes da união, estados e municípios, por sanções institucionais recaindo sobre o ente público e sanções pessoais recaindo sobre o agente que cometer crime ou infração administrativa;
- D) Todas as penalidades alcançam os agentes de forma pessoal, sendo o agente que cometer crime ou infração administrativa sujeito a penas funcionais, patrimoniais e pessoais nas esferas administrativa, civil e penal, conforme lei 10.028/00.

**36. Similarmente a um parecer, é um ato administrativo que elucida ou fornece dados para esclarecimento de matéria constante em processo, é um ato de grande repercussão nas atividades da Administração Pública, uma vez que fornece elementos para tomar decisão e dar encaminhamento. É empregado por ordem superior ou por solicitação de um agente público. Temos, então:**

- A) Uma resolução;
- B) Uma informação;
- C) Uma portaria;
- D) Um decreto.

**37. Consta do artigo 43 que a Lei Orgânica do Município de Itacemápolis, somente poderá ser emendada mediante proposta:**

I – de 1/3 (um terço), no mínimo, dos Membros da Câmara.

II - do Prefeito Municipal.

III – de cidadãos, mediante iniciativa popular assinada, no mínimo, por 05% (cinco por cento) dos eleitores do município.

**Assinale a alternativa CORRETA:**

- A) Somente as assertivas I e II estão corretas;
- B) Somente as assertivas I e III estão corretas;
- C) Somente as assertivas II e III estão corretas;
- D) Todas as assertivas estão corretas.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**38.** Conforme consta do Artigo 42 da Lei Orgânica do Município de Iracemápolis, o processo legislativo municipal compreende a elaboração de(o):

- I – emendas à Lei Orgânica Municipal.
- II – Regimento Interno da Câmara.
- III – leis ordinárias.
- IV – resoluções.
- V – decretos legislativos.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Somente as alternativas I, II e IV estão corretas;
- B) Somente as alternativas I, II, III e V estão corretas;
- C) Somente as alternativas I, III, IV e V estão corretas;
- D) Somente as alternativas II, III, IV e V estão corretas.

**39.** Consta do Art. 38 da Lei Orgânica do Município de Iracemápolis, que é vedado ao Vereador, desde a expedição do diploma:

- a) firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
- b) aceitar cargo, emprego ou função, no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta Municipal, salvo mediante aprovação em concurso público e observado o disposto no Artigo 77, III, IV e V desta Lei Orgânica.
- c) exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal.
- d) patrocinar causa junto ao Município em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea “a”.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Somente as assertivas I e II estão corretas;
- B) Somente as assertivas I, III e IV estão corretas;
- C) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas;
- D) Todas as assertivas estão corretas.

**40.** Conforme consta do Art. 46 da Lei Orgânica do Município de Iracemápolis, são de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:

- I – criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta, Indireta ou autarquia, e a fixação ou aumento de sua remuneração.
- II – servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.
- III – criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou Departamentos equivalentes e órgãos da Administração Pública.
- IV – matéria orçamentária, e que autorize a abertura de créditos ou conceda subvenções.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Somente as assertivas I e II estão corretas;
- B) Somente as assertivas I, II e III estão corretas;
- C) Somente as assertivas I, III e IV estão corretas;
- D) Todas as assertivas estão corretas.